

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.755.018 - SP (2018/0182689-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : **USINA CONQUISTA DO PONTAL S.A**  
**ADVOGADOS** : **ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO - SP146997**  
                  **ANDRÉ RICARDO LEMES DA SILVA E OUTRO(S) - SP156817**  
**RECORRIDO** : **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL**  
                  **SENAI**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Usina Conquista do Pontal S.A., com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 135):

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO ORDINÁRIA. CONSTITUCIONAL CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL COMPETÊNCIA. Matéria afeta à competência da Justiça Federal, pois trata de contribuição social com natureza jurídica de tributo e, segundo o art. 149 da Constituição Federal, a União tem competência exclusiva para a sua instituição. Contribuição prevista no Decreto-lei 4.048/42, recepcionada expressamente pelo art. 240 da Constituição Federal e regulamentada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil 567/05. Competência para cobrança da União delegada ao SENAI. Incompetência absoluta reconhecida de ofício. Determinação de remessa dos autos à Justiça Federal, nos termos do art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Recurso não conhecido, com determinação.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram julgados prejudicados.

A recorrente alega a existência de contrariedade aos arts. 2º, 3º e 8º do Decreto-Lei n. 4.048/1942, por entender que o SENAI é pessoa jurídica de direito privado, pelo que a Justiça estadual é competente para julgar o feito.

Sustenta, ainda, ofensa aos arts. 6º do Decreto-Lei n. 4.048/1942 e 3º do Decreto-Lei n. 4.936/1942, por entender que a União não deve figurar no polo passivo da presente demanda.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Inicialmente, quanto à competência para processamento do feito, assim como a legitimidade da União para figurar no polo passivo, o recurso não merece trânsito nesta Corte, pois o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, assim o fez com suporte em dispositivos e princípios

# *Superior Tribunal de Justiça*

constitucionais.

É o que se depreende da leitura dos seguintes trechos do acórdão recorrido (e-STJ, fl. 137):

Neste passo, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n. 561/05, estabelece os procedimentos a serem observados pelas empresas industriais, de comunicação, de pesca, de transporte ferroviário e metroviário, relativamente ao cumprimento da obrigação de recolher as contribuições sociais, devidas por lei ao denominado "Sistema S", isto é, ao Serviço Social da Indústria (SESI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), dispõe caber ao SESI e ao SENAI, até 31 de março de 2006, nas suas respectivas áreas de atuação, arrecadar, fiscalizar e cobrar as contribuições (§ 2º, art. 2º).

Ora, a Constituição Federal de 1988, no art. 149, prevê expressamente que compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e, sem prejuízo, do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Quando a controvérsia for solucionada com fundamento em princípios ou dispositivos constitucionais, o recurso especial será inviável, sob pena de usurpação da competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Confira-se, a propósito:

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO EM PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. REVISÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE.**

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. O acolhimento de recurso especial por violação ao art. 535 do CPC/1973 pressupõe a demonstração de que a Corte de origem, mesmo depois de provocada mediante embargos de declaração, deixou de sanar vício de integração contido em seu julgado, o que não ocorreu na espécie.

3. As questões referentes à competência jurisdicional e à legitimidade da cobrança da contribuição adicional ao SENAI foram decididas pelo acórdão recorrido com base em fundamentação de índole constitucional, insuscetível de revisão pela via do recurso especial.

4. Nos termos da Súmula 7 do STJ, o recurso especial não é adequado para conhecer de pretensão fundada em reexame de prova, na hipótese, a questão pertinente à natureza da atividade desenvolvida e ao número de pessoas

# *Superior Tribunal de Justiça*

empregadas pela empresa à época a que se refere a cobrança.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 944.134/SP, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 7/8/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

